

1 **Ata de Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/Campinas, em 15.12.2020.** Aos quinze dias do mês de dezembro
3 de 2020, convocada para as nove horas, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em ambiente virtual
4 no link: meet.google.com/rgn-yfxi-csu. **Presentes: A) Conselheiros representantes da Sociedade**
5 **Civil** – pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Izabel Cristina Santos de Almeida
6 (presidente), Juliana Aparecida Vieira da Silva e Josefa Hermínia Rodrigues Guirau - Suplentes:
7 Elisandra Maria de Souza Rinaldi; pelos Profissionais ou Órgãos de Classe ligados a área da
8 Assistência Social - Titular: Felipe Amaro dos Santos; pelos Usuários ou Representantes dos
9 Usuários da Assistência Social - Titular: Aparecida de Fátima de Lima **B) Conselheiros**
10 **representantes do Poder Público** – pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com
11 Deficiência e Direitos Humanos - Titular: Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbosa (vice-
12 presidente); pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Titular: Pâmela Cristina Pereira; pela
13 Secretaria Municipal de Finanças - Suplente: Cristiano Oliveira Lourenço; pela Secretaria Municipal
14 de Esporte e Lazer - Titular: Fábio Alves Cremasco. **C) Justificativas de ausência:** Juliana Padilha
15 Dusso de Moraes, Maria Cristina Bihsel, Jaciara Cristina da Silva, Jéssica dos Santos, José Carlos
16 Carioca, José Dilson Rodrigues, Gislaine de Jesus Ribeiro dos Santos, Aristides Militão Vilela,
17 William Azevedo de Souza, Raquel Alves dos Santos, Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel,
18 Márcio Cristian Ferreira, Dorine Matos Moreira de Albuquerque, Maria Fernanda Buarraj, José
19 Fernandes Ongaratto, Renata Cristina Belufe Moreno Lippaus, Reinaldo Aparecido Domingos,
20 Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira, Adilson Gomes Pereira, Márcia Adriana Cardoso Moreno, Vanilda
21 Nunes Avelar Cunha e Elias Prates. Realizado o levantamento de presenças, assumiu a titularidade
22 “ad hoc” o conselheiro suplente Cristiano. Estiveram presentes como convidados: Flavia Ruiz, Lilian
23 Mineiro, Tatiane Smile, Cassia, Maiara, Paula, Ana Paula Catiusso, Joana, Kelly, Valdirene, Raquel
24 e Sara. A presidente Izabel deu boas-vindas a todos. **Deliberação das Atas** – Foi colocado em
25 votação a ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2020 que, lida
26 anteriormente pelos conselheiros foi **APROVADA** com sete votos a favor, uma abstenção e nenhum
27 voto contrário. **Política e Legislação** - A conselheira Juliana relatou sobre a reunião ocorrida no dia
28 vinte e cinco de novembro que teve como pauta trazida pelos usuários representantes deste
29 Conselho Municipal de Assistência Social, a situação de segurança alimentar da população em
30 vulnerabilidade social, apontada pela Sra. Izabel, como demanda da gestão anterior. Maria
31 Aparecida esclareceu que a Segurança Alimentar é uma política transversal. Juliana falou sobre a
32 distribuição e o cadastramento das cestas básicas e sugeriu a participação de representantes do
33 CMAS nas reuniões da Comissão de Segurança Alimentar que acontecem na última quinta-feira do
34 mês. Juliana relatou que será encaminhada ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e
35 Nutricional - COMSAN as demandas apresentadas pelos usuários. Juliana relatou que o COMSAN
36 realizará diálogos com o Órgão Gestor e o CMAS deverá convidar outros Conselhos e Usuários
37 para comporem um Grupo de Trabalho para discussão desse tema. Izabel esclareceu que é
38 possível a realização de interface entre o CMAS e o COMSAN, que a Segurança Alimentar é um
39 direito assegurado pela constituição. Juliana falou que foi retransmitido convite encaminhado pela
40 SMASDH às entidades e aos conselheiros contendo o link para avaliações e adequações ao Plano
41 Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Juliana relatou sobre a reunião ocorrida no dia dois
42 de dezembro, que foi protocolado documento pelo Centro Síndrome de Down - CESD neste CMAS
43 sob o nº 072/20 solicitando apoio a inconstitucionalidade ao Decreto Federal nº 10.502/2020 e
44 informou que houve suspensão deste Decreto por ordem judicial e a pauta continuará no
45 planejamento desta comissão. Juliana relatou que o Decreto nº 7.272/2010 preconiza a elaboração
46 do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e foi proposto a criação de um Grupo de Trabalho e
47 da importância de consulta pública acerca do tema. Juliana relatou sobre a pertinência da
48 publicação em Diário Oficial do Município de aprovação e citação da ata referente aos documentos
49 da gestão passada e os documentos atuais que embasam as discussões da Comissão. Juliana
50 relatou que será solicitado informações sobre o Centro de Referência da Assistência Social do
51 Jardim Bassoli, considerando que os usuários que frequentam o território informaram sobre a
52 movimentação no espaço que deverá ser implantado este CRAS. Juliana relatou sobre a Comissão
53 de Análise do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária que será representada pela
54 conselheira Fátima e apresentará informações para o acompanhamento desta pauta no
55 planejamento da comissão. Juliana relatou que a carta das mães do Jardim Bassoli sobre o
56 Programa Viva Leite foi pautada na gestão anterior e providenciado todos os encaminhamentos,

57 houve mudanças de critérios que será tratada nas próximas reuniões com a participação de
58 usuários. Juliana relatou que a pauta referente ao preenchimento do questionário das entidades e
59 dos serviços do poder público, foi decidida pelo reenvio dos questionários ainda não respondidos e
60 foi pautado a verificação de acionamento do Ministério Público. Izabel falou que, em relação ao
61 Decreto Federal nº 10.502/20, o ministro Dias Toffoli suspendeu a eficácia deste decreto. Izabel
62 explicou sobre a importância de algumas falas e demandas ocorridas nas reuniões das comissões,
63 que precisam ser apuradas para os devidos encaminhamentos. Izabel propôs realizar reunião
64 somente com os coordenadores e relatores das Comissões para a criação de um fluxograma do
65 CMAS, para encaminhamento das demandas. Maria Aparecida concordou e sugeriu encaminhar o
66 questionário citado para um grupo de trabalho, que pudesse analisar, paralelamente à Comissão.
67 Maria Aparecida explicou que houve um equívoco quanto ao acionamento do Ministério Público,
68 que mediante informações do Departamento Jurídico, a SMASDH deve primeiramente ser
69 convocada a esta resposta, enquanto representante dos serviços. Maria Aparecida explicou sobre
70 a necessidade de esclarecimentos para a execução precisa das demandas. Izabel fez a defesa que
71 o Conselho é um órgão fiscalizador da Sociedade Civil e do Poder Público, que as perguntas devem
72 ser respondidas e outras instâncias devem ser acionadas somente quando necessárias. Izabel
73 ressaltou a importância e o cuidado nos fluxos das informações que chegam na ata, que é pública.
74 Juliana relatou sobre a criação de um fluxo interno para análise dos processos de aprovação de
75 verbas federal via deputado. Juliana falou que esta pauta está além da comissão de política e
76 poderá ser direcionada para a reunião proposta de coordenadores e relatores. Izabel esclareceu
77 que foi proposta uma linha de discussão para os coordenadores e relatores de todas as comissões,
78 e não específica da comissão de política e que esta pauta é da comissão de finanças e orçamento.
79 Juliana relatou que foi proposto desde a gestão anterior a criação de um grupo de trabalho
80 específico para tratar a lei de criação do SUAS no município e que será pauta para o planejamento
81 de 2021. Juliana relatou sobre a carta técnica protocolada no CMAS sob o nº 064/20 apresentada
82 pela Rede Noroeste SUAS AbalôNorô solicitando o plano de retomada das atividades coletivas.
83 Juliana falou que houve uma reunião do Órgão Gestor anterior a discussão realizada por esta
84 Comissão e no dia seguinte, houve retorno para a fase amarela do Plano São Paulo e diante do
85 exposto e da mudança de gestão pública foi sugerido pela coordenadora, solicitação de informação
86 à SMASDH sobre este protocolo de retomada das atividades e posteriormente, o envio de convite
87 para um representante participar da reunião desta comissão. Izabel falou que as reuniões
88 presenciais ainda não podem ser realizadas, conforme carta técnica número três, todas as
89 organizações estão seguras neste sentido. Juliana relatou que a proposta do modelo de
90 apresentação da LOA será retomada no planejamento de 2021. Juliana relatou que o Conselho
91 aprovou e publicizou a Resolução CMAS nº 054/2020 que prorroga o prazo de parceria com as
92 Organizações da Sociedade Civil para vinte e quatro meses e foi encaminhado Ofício à SMASDH
93 solicitando informações quanto ao aditamento realizado pelo período de doze meses. Maria
94 Aparecida esclareceu que a prorrogação de parceria indicada pelo Conselho dependerá de
95 apreciação jurídica do órgão gestor. Izabel sugeriu que os manuais de orientações aos conselhos
96 e gestores no CMAS fossem estudados, para melhor compreensão das peças orçamentárias, dos
97 prazos determinados, melhora no planejamento das ações, e para que este Conselho não seja um
98 local de arquivos e registros de demandas. **Comissão de Inscrição e Normas** - Elisandra relatou
99 que a comissão se reuniu no dia primeiro de dezembro e foi analisado o documento da entidade
100 Centro de Educação e Assessoria Popular - CEDAP requerendo alteração no endereço da sede de
101 Rua Barbosa da Cunha, 930, Jardim Guanabara para Rua Frei Manoel da Ressurreição, 921,
102 Jardim Guanabara e a comissão emitiu o parecer FAVORÁVEL e, em regime de votação foi
103 APROVADO com oito votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Elisandra relatou
104 que foi realizado o preenchimento do CENSO SUAS 2020. Elisandra relatou que foi realizada
105 reunião com as Organizações da Sociedade Civil para apresentação da Resolução CMAS 065/2020
106 e do Manual de preenchimento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI acerca da Renovação
107 de Inscrição 2020. **Comissão de Elaboração, Execução e Monitoramento das Conferências**
108 **Municipal** - Maria Aparecida relatou que a comissão se reuniu no dia nove de dezembro e foi
109 indicado o envio do material aprovado na última reunião ordinária dos materiais da conferência
110 municipal de assistência social produzido para os usuários. Maria Aparecida falou que foi previsto
111 para o mês de fevereiro de 2021, a apresentação deste livreto dos usuários contendo o material da
112 conferência através de reuniões abertas nas regiões, convidando os conselheiros a participarem. A
113 secretária executiva informou que o Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS

114 encaminhou convite para encontro virtual transmitido por canal do youtube neste dia quinze, das
115 nove às doze horas, com o objetivo de apresentar as propostas compiladas e aprovadas nas
116 Conferências Municipais de Assistência Social no ano de 2019. **Comissão de Interface e**
117 **Articulação** - Maria Aparecida sugeriu que a reunião não fosse pautada em decorrência da
118 ausência da coordenadora desta comissão, que foi acatada. **Comissão de Formação,**
119 **Capacitação, Comunicação e Divulgação** - Maria Aparecida explicou que a proposta desta
120 comissão seria para realizar a formação dos conselheiros e foi proposto realizar a formação por um
121 período, mensalmente, no início de cada reunião ordinária do Colegiado, das nove horas às nove
122 horas e quarenta minutos, aproximadamente, com a exposição de profissionais de diversas áreas.
123 Maria Aparecida perguntou se haveria sugestões para a formação e solicitou a opinião quanto ao
124 dia e horário proposto, encaminhando as contribuições para o e-mail do Conselho. **Comissão do**
125 **Bolsa Família e Comissão do BPC** - Maria Aparecida informou que não houve assuntos para
126 deliberar. **Comissão de Finanças e Orçamento** - Fábio relatou que a comissão se reuniu no dia
127 quatro de dezembro de 2020 e foram analisados os documentos contábeis referentes aos meses
128 de agosto e setembro de 2020 e a comissão emitiu parecer FAVORÁVEL e, em regime de votação
129 foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. Fábio informou que
130 foi solicitada pela comissão, capacitação para os conselheiros e trabalhadores do SUAS nas áreas
131 de finanças, fundo municipal, transferências na modalidade fundo a fundo e orçamento público da
132 Assistência Social. Izabel relatou que foi publicizado no Diário Oficial do Município no dia quatorze
133 de dezembro de 2020 a Resolução Ad Referendum CMAS nº 066/2020, acatando as considerações
134 da Comissão de Finanças e Orçamento e aprovando a inclusão de crédito adicional complementar
135 emergencial para a conta corrente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, mais
136 especificamente para os Serviços de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de
137 Emergências e os vinculados como Serviços de Alojamento Provisório, mediante transferência do
138 Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS,
139 registrados no sistema PMASweb 2020. Izabel esclareceu que foi destinado para o Abrigo
140 Emergencial Zilda Arns o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); para a Casa Abrigo da Mulher
141 Sara-M, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); República Adulta, o valor de R\$ 250.000,00
142 (duzentos e cinquenta mil reais). Izabel esclareceu que não houve tempo hábil para todos da
143 comissão de finanças e orçamento apreciarem os documentos, mas o coordenador Fábio conseguiu
144 analisar e emitir parecer FAVORÁVEL para o município não perder este recurso. Izabel fez a leitura
145 do e-mail encaminhado ao CMAS no dia sete de dezembro: A SEDS apresentou proposta de
146 critérios de cofinanciamento estadual aos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial
147 de Alta Complexidade, pactuado pela e o CONSEAS ratificando a proposta apresentada pela
148 Gestão Estadual. Desta forma, publicou-se neste sábado, dia cinco de dezembro, no Diário Oficial
149 a Resolução nº 33 com os anexos. Importante que os municípios de Campinas, Americana,
150 Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jundiá, Sumaré e Várzea Paulista iniciem os procedimentos de
151 reabertura do PMAS 2020 para inclusão dos valores nos serviços indicados entre o período de sete
152 a onze de dezembro. Para isso é necessário enviar expediente de abertura do PMAS formalizando
153 o aceite do recurso em ofício do órgão gestor com documento comprobatório do CMAS (ata de
154 reunião, resolução ou declaração do presidente). Izabel esclareceu que os dias sete e oito de
155 dezembro foi declarado ponto facultativo no município. Juliana falou da necessidade de ação para
156 solucionar as questões de prazo dos documentos que chegam para deliberação no Conselho. Izabel
157 sugeriu que coloque ressalva no momento da votação. Josefa concordou com o posicionamento da
158 conselheira Juliana e esclareceu que foi informada e esclarecida sobre os documentos
159 encaminhados pela SEDS, porém não conseguiu visualizá-los no Sistema Eletrônico de
160 Informações. Izabel sugeriu que a conselheira Josefa apresente esta pauta na reunião de
161 coordenadores. Maria Aparecida esclareceu a conselheira Josefa que o Estado não verifica se os
162 municípios estão em feriado ou não para fazer os encaminhamentos e agradeceu ao conselheiro
163 Fábio. Em regime de votação a Resolução Ad Referendum CMAS nº 066/2020 foi **APROVADA** com
164 sete votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contrário. A conselheira Juliana aprovou com a
165 ressalva dos prazos e os esclarecimentos apresentados para aprovação de verbas. A conselheira
166 Josefa aprovou considerando a transparência apresentada pelo Conselho. A conselheira Fátima
167 aprovou considerando os esclarecimentos apresentados. **Informes** - A conselheira Fátima informou
168 que participou da reunião do Comitê Intersetorial de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal
169 de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar
170 e Comunitária, e explicou que foram realizadas quatro reuniões para análise dos documentos de

171 2011 e deverão acontecer mais algumas reuniões para continuidade do estudo. A secretária
172 executiva informou que foi recebido da SMASDH Ofício 356/2020 através do SEI 2020.00060050-
173 15, para conhecimento, sobre o Plano de Contingência da Política Municipal de Assistência Social
174 para atuação na situação de emergência em saúde pública decorrente da Pandemia pelo novo
175 Coronavírus - COVID 19. Izabel informou que os vinte e cinco anos do CMAS será comemorado
176 posteriormente e desejou, em nome do Conselho, um bom natal a todos e que todos possam
177 conduzir este processo com seriedade, na discussão da política pública e no fortalecimento do
178 Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e que todos os representantes do poder público
179 estejam presentes no próximo ano. Izabel agradeceu a Secretária de Assistência Social, Pessoa
180 com Deficiência e Direitos Humanos, Sra. Eliane Jocelaine Pereira. Maria Aparecida desejou um
181 feliz natal e feliz ano novo. Os demais conselheiros felicitaram a todos. A presidente Izabel Cristina
182 Santos de Almeida agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Mônica de Lourenço
183 Rocha, Secretária Executiva do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, lavrei a
184 presente ata que, lida e considerada conforme, segue assinada. Campinas, 15 de dezembro de
185 2020.